

A IGREJA MANUELINA
DO MONUMENTO DE
:: :: THOMAR :: ::

por

VIEIRA GUIMARÃES

Médico, professor do Liceu de Camões, Comen-
dador da Ordem de Cristo, Sócio da Real Academia
de História de Madrid e da Academia das Ciências
de Lisboa, etc., etc.

LISBOA

1928

O exterior do côro ainda bem conservado,
é uma das maiores e mais admiráveis obras
de arte, talvez a mais original que Portugal
produziu neste ramo.

Alberto Haupt

Thomar

.....
A forma mais original da arte manuelina
não é europeia nem indiana, é marítima.

Emílio Berteaux

Thomar foi a lince onde o gótico moribundo,
debatendo-se em espirais de desordenada fan-
tasia, sofreu os mais fortes embates da inter-
venção clássica.

João Barreira

A fachada ocidental
a janela
É a obra mais eloquente, mais convicta, mais
poética, mais entusiasticamente patriótica, mais
estremecidamente portuguesa, que já mais rea-
lizou em nossa raça o talento de esculpir e
de fazer cantar a pedra.

Ramalho Ortigão

Ar. T. L. L. L.
L. L. L. L.
L. L. L. L.

Ar. T. L. L. L.

www.vieiraguimaraes.pt

NÃO é permitido pelo regimento dos nossos congressos ser-se longo nas comunicações que são apresentadas, com o que concordamos. Se liberdade houvesse, alongar-nos-íamos, porque o assunto de que vamos tratar é dos que têm largas ensanchas.

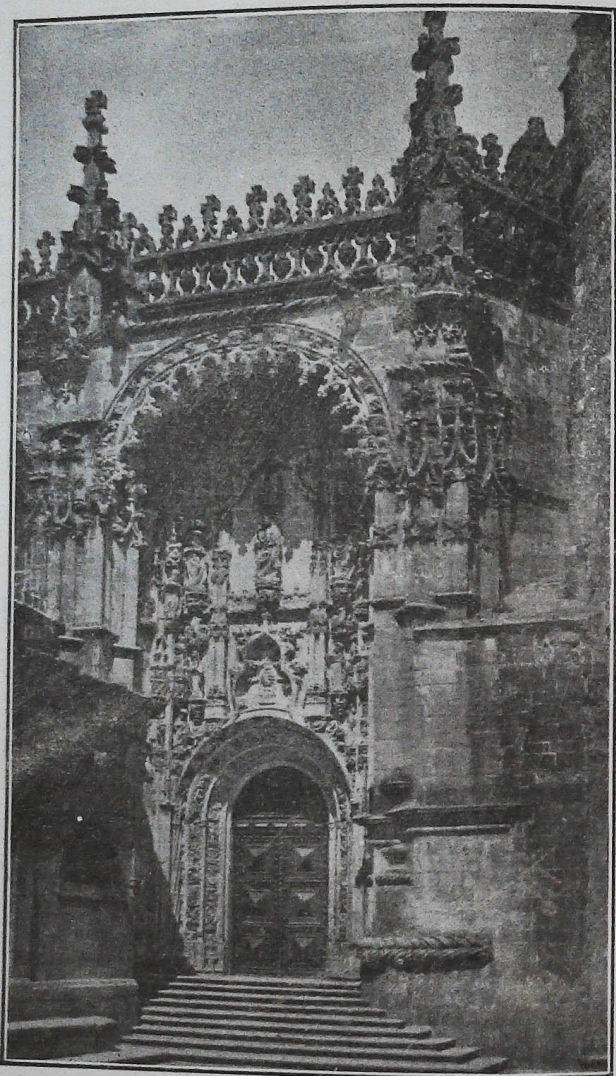
Resumamo-lo, pois, e vejamos, nos meados dos século XII, separar-se de Leão, aos empuxões de D. Afonso Hénriques, a nesga de terra que havia de ser o núcleo da que constituiria por fim Portugal.

Principiado em plena meia Idade-Média, apresenta, ao fundar-se, os caracteres que definem essa época da História Universal e deles tomamos, pelo nosso propósito, somente o que no campo da arte de construir e ornamentar se realizava ao tempo, principalmente na parte cristã da Península, de que era filho.

Tendo esta feito parte do vasto Império dos Césares, a ela se estendeu o culto das artes clássicas e, por aqui e por ali, levantaram-se templos e monumentos, em que predominaram, grande e opulentamente, as elegantes arquitecturas gregas e as criadas pelo povo-rei, sendo tudo isto subvertido, pelo indomável tufão bárbaro que, sossegado um pouco, pelo ano 1000 não ter destruído o mundo, deu azo a que fôsse criado o forte e pesado românico, o qual, saído daquelas, como as novas linguas haviam de evolucionar do latim, assenta seus sólidos alicerces, pelos acidentes da Ibéria, na tira jovem de Portugal, com a presteza do *Conquistador* em consolidar a sua monarquia.

Dai: Santa Maria de Almacave em Lamego, a Matriz de Vila do Conde, Cedofeita no Porto, Sé Velha de Coimbra, claustro de Celas, S. João de Alporão em Santarém, S. Pedro de Rates, S. Pedro em Leiria são levantados, dando-nos hoje ainda exemplares os mais livres de excrescências que os mascarem, patenteando-se, todavia, também

noutros muitos desfigurados, aquele estilo, como o mais consentâneo com essa época de tantas lutas, guerras, conquistas e rudesas. Mas os soldados do primeiro rei lusitano, de esforço em esforço,



Thomar — Portada da Igreja manuelina

afincam em lhe alicerçar o trono e este, mais firme, inicia uma sociedade nova em que o aguerrido às armas se ouve já de mistura com o cinzelar, e não picolar, do artista que, influenciado pelos que do

mar aproavam ou de terras estranhas vinham, vai largando o pesado e tóso arco redondo, substituindo-o pelo lanceolado que, ao baixar ao túmulo o fundador da nação portuguesa, tem já largo campo a dominar, tanto no campo bisantino, como no ogival.

De principal, St.^a Maria dos Olivais e a Edícula do famigerado Gualdim Paes, em Thomar, servem ao culto público e particular dos audazes soldados da cruz — os Templários — e o voto de Afonso Henriques ao abade de Claraaval origina Alcobaça à roda da sua grandiosa igreja — a maior de Portugal — cujos arcos, e também os de St.^a Maria, denotam o sôpro animador da nova era que, despondendo, principia a lançar raízes para se expandir linda, florida, opulenta e patriótica nos séculos áureos de esplendor que se vão seguir.

Crente e enérgico, Portugal apega-se à religião e ela fá-lo, sem cessar, erguer com o novo arranjo architectural, novas sedes episcopais e modestas casas de Jesus em lugar das de Mahomet, pelo fundo de risonhos vales e pelas encostas ásperas de elevados montes.

A escola fecunda, porque o terreno é próspero, e a tradição arreiga-se e não quebra.

Antes pelo contrário, aviventa-se mais, e uma vergonteia real, educada nas terras de França, traz ao voltar, novas e fortes luzes que as faz brilhar na inteligência viva e robusta do filho, D. Dinis, um dos mais talentosos e felizes reis de Portugal.

Alçado ao sólio real, no último quartel do grande e glorioso século XIII, é D. Dinis um dos seus mais genuínos representantes.

O seu século, brilhante entre os brilhantes das eras cristãs, vê criar dois poderosos exércitos, indo ambos servir a mesma causa, a religião: os frades franciscanos e os construtores franco-maçons.

Aqueles, capitaneados pelo *Poverelo*, dão novo sangue com suas prédicas e exemplos à Igreja *prestes a cair*; estes, filiando-se em tradições antigas e presididos por Erving Steinbach, formam talvez a primeira das associações modernas que vão dar nova orientação à architectura, fazendo-a sair a banhar-se ao esplendoroso sol da liberdade, das soturnas oficinas conventuais.

S. Francisco revoluciona a religião, pregando a paz e a penitência e, insuflando-lhe nova vida, faz ressuscitar a cristandade que, pela remissão dos pecados, abarrota os marchetados arcões das potestades que, por seu turno, não cançam de levantar monumentos a Deus.

Erving Steinbach, o famigerado architecto de Estrasburgo, escreve o novo e secreto código em que hão de aprender os futuros irmãos construtores dessas maravilhas que, sob o nome de catedrais, enchem a alma de encanto e o coração de unção.

Os Terceiros timbravam na pobreza absoluta, repudiando a riqueza.

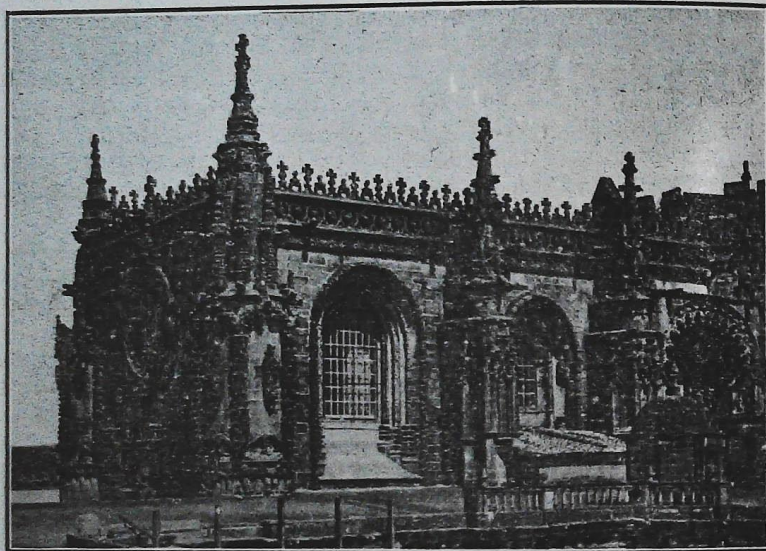
Os pedreiros-livres aproveitam ésta para a sua esplendorosa obra.

Assis celebra a natureza, cantando o Hino ao Sol e Steinbach, equilaterando o arco, lança sôbre as origens dêste as pressões verti-

cais e fecha os edifícios com a abóbada arzoada, cujos impulsos horizontais são contrariados pelos elegantes arcos-botantes ou pelos potentes botaréus.

Os Menores, perante a paganização da época, espalham uma verdadeira rede de confrarias, os franco-maçons, perante a falta de material, um cemitério de esqueletos de pedra que são cheios depois com a delgada alvenaria das paredes e com a articulada cantaria das abóbadas.

S. Francisco vive em cabanas e ordena que, ao ser enterrado,



Thomar — Fachada meridional da Igreja manuelina

o seja pobremente em sítio êrmô, fora dos muros da sua abençoada Assis.

Os novos artistas levantam-lhe sôbre a jazida esbeltas colunas, abóbadas aranhadas, portadas ponteagudas, rosáceas flamejantes, paredes de silhares que o estuque cobriria, ao qual outro revolucionário — Giotto — daria vida e côr com os traços brilhantes de seus portentosos frescos.

Os franciscãos cobrem o mundo com os seus cenóbios.

Os franco-maçons alindam-no com as suas elegantes e aéreas construções.

S. Francisco exemplificou o que a alma humana tem de mais belo e de mais sublime e nos seus êxtases elevava o homem até junto de Deus.

O franco-maçom criou a architectura a mais bela, a mais subli-

me e a que mais aproxima, na sua contemplação, o homem de Deus.

Portugal, sob o sábio govêrno de D. Dinis que não desmente da educação estranha que recebeu do pai, do mestre e dos ambulantes poetas que da Provença desenxameiam, tendo nele um confrade de alto valor, não se furta à influência daqueles, e sua consorte, a Rainha Santa, funda o lindo e ogival Convento de Santa Clara, nas pitorescas margens do poético Mondego, revelando assim que a arte das terras da, acabada de fundar, monarquia de seu marido, recebeu grande influxo dos que liam pelo novo e encantador código dos Steinbachs.

Tudo isto, senhores, todo êste conjunto de circunstâncias, forma um benéfico meio ao novo construir e os franco-maçons estrangeiros e nacionais mostram, em edificações de vulto, como Odivelas, Santa Clara, já referida, Alcobaça, etc., a airosa ogiva de parelhas com os outros caracteres que hão de definir o estilo que dêse arco toma o nome.

Os seus trabalhadores, já numerosos em Portugal, vão-se aperfeiçoando nas obras do filho d'O Lavrador, na Sé de Lisboa, para em breve, o arrebatamento do louco amor do neto os chamar para esculpirem as joias inconfundíveis que eternizarão a chama ardente dêse amor e recolherão os corpos, primeiramente daquela *que depois de ser morta foi Rainha*, e mais tarde daquele que, por tôda a vida apaixonado, manda gravar o adeus doloroso da sua alma à sua querida *até ao fim do mundo*.

Lá esperam ainda os dois amantes por êsse poético e santo fim do mundo, mas êste roda para o nada e os homens, na ânsia de viver e de predominar, precipitam-se também, numa luta acesa, muitas vezes de ódios e de tormenta, para a morte, que ainda assim, podem colectivamente espaçar por um prodígio de sorte, de saber e de valor.

Assim foi que encerrado o inconstante Fernando em S. Francisco de Santarém, na sua tumba artística que muito bem condizia com o amplo e belo templo dêse convento reconstruído por êle e que atesta exuberantemente a contínua evolução ogival entre nós, Portugal sofre a maior crise da sua vida, que não chega a perder, porque sua consciência nacional é forte e dois rapazes, na loucura da mocidade, lançam-se na sublime empresa de o salvar e salvam-no, ao fim de épica luta, na meia hora gloriosa do dia 14 de Agosto de 1385.

A perigosa conjuntura é intensa, a crise aguda dura apenas quatro anos, por isso passa depressa, e uma feição política surge com D. João I e com D. Nuno, a cujo grupo se deve ajuntar, com tôda a justiça, D. Filipa de Lencastre que fez despolarizar a velha educação portuguesa, dando-lhe nova rota, abrindo-lhe novos e largos espaços.

A arte, contudo, não sofre abalo sério, porque a comoção quási que não bole com ela, antes de modo inverso, continua a evoluir,

não que dá amostras nos monumentos que se vão erguer por Guimarães, Porto, Lamego, Guarda, Lisboa, etc., atingindo a sua máxima pureza ogival, aquele que sela a independência nacional e se chama o lindo e correcto Mosteiro da Batalha de que um franco-maçom português Afonso Domingues, primeiro, e depois Ouguet, que tem dado para os escritores franceses Huguet e para os ingleses Howett, são mestres e traçam-no e erguem-no na plena posse de todos os segredos da sua arte que agora fará escola, acompanhando Portugal, independente de tudo e de todos, a formar, entre nós, à semelhança de algumas nações europeias, um ramo architectónico que toma força, graça e originalidade.

É vê-lo esboçar-se na capela que, pegada à esbelta igreja de seu pai, D. Duarte, manda ajuntar para sua jazida e dos seus que continuam o pensamento paterno, e onde brilhará essa portada célebre da sua *tant que serai*, cercada de suas folhas de hera o que acusará, de maneira clara, a progressiva e divergente evolução da arte architectural que se não contenta somente com os motivos ornamentais nórdicos, chamando a si elementos que a brilhante civilização árabe-berbere, por Portugal, nas suas antigas construções, tinha deixado, assim como, em breve, apossar-se-ia daqueles que no Algarve de além se revelarão e os épicos trabalhos dos novos mares e das orientais terras lhe hão de fazer admirar e, por tanto, reproduzir.

Vejamos como.

Portugal, rompendo as linhas demarcadas por D. Afonso III, galga, à voz das novas gentes, o Estreito e firma os primeiros passos na opulenta Ceuta, com o que rasga estranhas e maravilhosas vistas aos seus habitantes.

A cultura por isso alarga-se em todos os ramos do saber humano.

A nação portuguesa arfa de nova vida e todas as suas manifestações denotam grandeza e carácter.

A corte rebrilha de talentos e de sábios,

Ali vive a *íclita geração, altos infantes*.

D. Duarte filosofa; D. Pedro percorre as *sete partidas*; D. Henrique entrega-se, com afã, à procura do Prestes João; D. Isabel casa com o *Grão Duque do Ocidente* que, pelas qualidades excelsas de espírito que a ennobrecem e pelas físicas que o célebre João Wan Eyck firmou, institui a célebre ordem do *Tosão de Ouro*; D. João chefia a Ordem de Avis, e D. Fernando morrerá pela Pátria.

Portugal, iniciado no cumprimento glorioso do destino que Deus lhe marcou na Civilização Mundial, prossegue impellido pela vontade audaz e firme de seus ilustres filhos.

No concérto das nações europeias, destaca-se seu nome e a Cruz de Cristo, símbolo da Pátria, flutua em altas tôres ameaçadas, aos largos ventos de Marrocos e, nas bandeiras de atrevidas caravelas que, por mares ignotos, passam além da orla de fogo, de monstros e de abismos que os árabes, no seu egoísmo cego, tinham criado.

Dessas conquistas e descobrimentos já vêm réditos de valor que ajudam a desenvolver aquela cultura.

A' frente dos negócios do Estado, vemos agora assentar-se em seu trono, o *Homem*, como o intitulava a mui ilustre rainha de Castela, D. Isabel, sua contemporânea, o qual resolve tudo no sentido da glória, da grandesa, e do triunfo que encherá seu notabilíssimo reinado.

As artes tomam vulto no brilhante cortejo e a architectura, expande-se, já com acentuados motivos de novo carácter, na Conceição, de Beja, em S. Francisco, de Évora, em Jesus, de Setúbal, na capela mortuária de D. Duarte, na Batalha, etc.

Como de crer é, nem só portugueses alimentam este viver inquieto, nervoso, renovador, que se tinha apossado do reino de pouca gente, mas de estupenda lida.

O *Príncipe Perfeito* é um Rei que, pela enorme clarividência de seu espírito, a outro não se compara na história portuguesa, chamando, para junto de si, homens de grande capacidade.

Diogo de Ortiz é um deles que, natural de Calçadinha, em Castela, acompanha, como confessor, a *Excelente Senhora*.

Homem de grande talento e ciência, teve toda a aceitação e a esta é possível que devamos o vir para Portugal João de Castilho que virá a ser o mestre sumo dos alvanéus que enxamearão, de norte a sul, erguendo um sem número de fábricas, onde se mostram caracteres do novo modo de ser architectónico.

João de Castilho, quicá filiado, de bem novo, nalguma associação franco-maçom e, tendo sofrido alguma influência das grandiosas construções que em sua pátria se tinham erguido e se iam levantando sob os *Reis Católicos*, onde eram profusamente esculpidos o brasão heráldico de Aragão e Castela, o simbólico jugo e o feixe de flechas, como divisas dos unificadores da Espanha moderna, vem do reino de Biscaia, do meirinhado de Transmiera, para Portugal e apossa-se tanto d'ele, embebe-se tanto do seu meio, emprega-se tanto do seu viver, respira tão profundamente a sua atmosfera mareante do fim do glorioso século XV, que bem pode passar por nascido em terras lusitanas, o que começa a revelar na principiante obra que, segundo *est fama*, executa: a abóbada dos nós, em Viseu.

Mas não fica por aqui.

Não se circunscreve somente à obra célebre da catedral do seu compatriota.

As suas aspirações alargam-se-lhe pela grandesa que, pela sua nova pátria, alastra.

A ebulição artística de Portugal é tão grande, como a opulência, resultando exaltar-se a imaginação dos seus cooperadores em todos os campos da actividade nacional, criando uma elite artística que vai ser cantada nestes versos dum poeta contemporâneo:

Pintores, luminadores
Agora no cume estão
Ourives, escultores
São mais sotís e melhores
Que quantos passados são:

Vimos o grão Michael
Alberto e Rafael
E em Portugal ha taes
Tam grandes e naturaes
Que vem quasi ao olivel.

As navegações prosseguem àvante e Bartolomeu Dias, o mais glorioso mariante português, passa o *Tormentoso* que D. João denomina de *Boa Esperança*, que infelizmente não foi para êle, por morrer em 1495, não vendo a empresa principiada nem acabada a Vasco da Gama, a quem talvez chegasse a nomear para ela, assim como também não pôde ver concluída a grande obra do alargamento da igreja dos cavaleiros de Cristo que em 1492 o capítulo, em Thomar, determinou fazer, sucedendo o mesmo à célebre torre que o seu ilustre moço de escrevaninha, distinto cancionista e quicá notável architecto, Garcia de Rezende, chegou a debuxar.

Morto, sobe ao trôno seu primo e cunhado D. Manuel que não larga o mestrado da sua nobilíssima ordem — a de Cristo — à qual, desde o egrégio Henrique, estão entregues os destinos de Portugal.

Este alcandora-se ainda mais na brilhante carreira, que, no céu da sua glória, vem a traçar há mais de meio século e o novo imperante recebe, como por *fortuna*, o resultado de tantos trabalhos, de tantos estudos, de tantos esforços e, dotado de grande espírito artístico, não são as artes que menos influxo dêle recebem, concedendo-lhes tão grande protecção que faz lembrar um Pericles.

A derrota do Oriente continua a aparelhar-se e as naus do Gama, em breve, chegarão á aurifulgente Índia, às de Cabral o opulento Brasil aparecer-lhes-á e os segrêdos de todos os mares do mundo serão desvendados pelos audazes timoneiros... da ocidental praia Lusitana.

Portugal vai chegar, por isso, ao ápice da sua missão histórica e ao apogeu da sua mais alta individualidade artística.

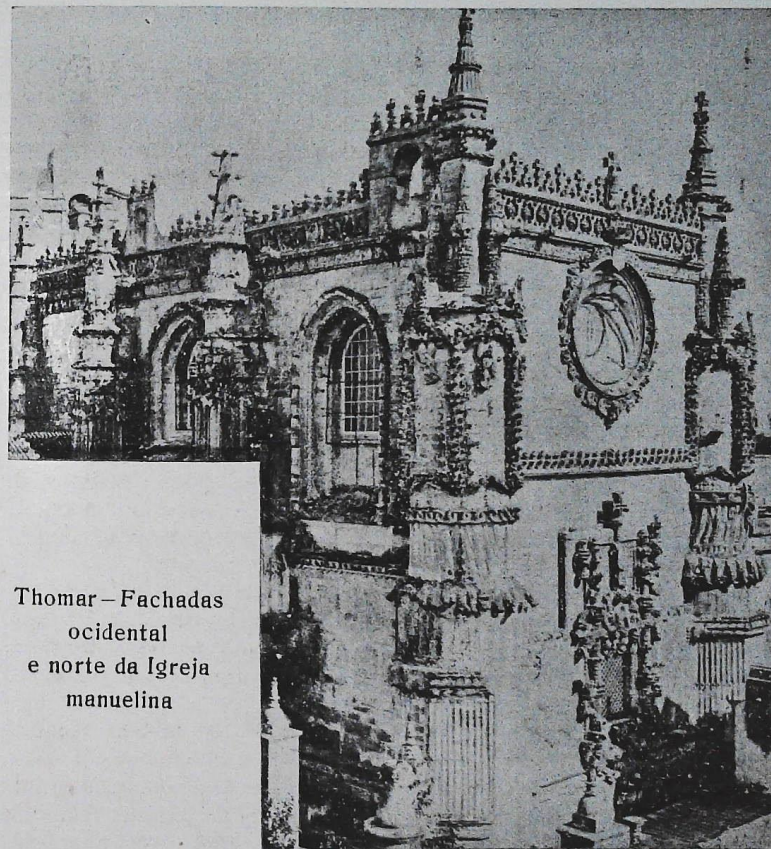
A cruz da sublime Ordem de Thomar, passando da bandeira da ré dos varinéis henriquinos, agora, já avermelha as pandas velas das naus que são do Estado e dela, as quais vêm para o reino repletas de especiarias.

As duas entidades, sob o scetro do *Afortunado*, confundem-se, pois êle é Rei de Portugal e Mestre da famigerada Ordem.

Esta, só por si, usufrui bastos rendimentos que dos *quintos*, das *anatas* e dos *dízimos*, tanto do continente, como das terras d'além-mar, premanam e a sua cavalaria, que, por águas desconhecidas e por terras de grandes e brilhantes civilizações muito viajara, vê construir, no seu quartel, a igreja que é exigida pelo seu culminante espírito ilustrado, contribuindo com conhecimentos de uma novidade palpitante, para que nela fique marca dessa illustração.

Como onde há saber, requinte de gosto e riqueza, há luxo, essa exuberância aparecerá ali.

A Edícula templária era de há muito acanhada para os officios divinos da falange heróica dos cavaleiros da nova cruzada — a expansão de Portugal, — por isso determinado foi no capítulo atrás referido, alargá-la.



Thomar — Fachadas
occidental
e norte da Igreja
manuelina

A seu tempo, João de Castilho é contratado e toma conta da empresa, de ultra-responsabilidade, como sabemos pela quitação de D. João III, de 1533.

Vai para Thomar e estuda o terreno, pois dificuldades apresenta.

Vê a sua exigüidade de dorso de monte e, cinjindo-se a êle, sem lhe poder dar grande amplidão, concebe o soberbo plano, no meio dos audazes cavaleiros-navegantes, dos valorosos tripulantes das ousadas caravelas que andavam na anelada e gloriosa empresa de sulcarem todos os mares do mundo.

Põe-no em prática: a velha construção oitavada de Gualdim Paes, ao oriente, serve-lhe de capela-mór e, para o ocidente, avança com o corpo e côro da nova igreja, tendo este dois andares com os destinos, o de baixo para sacristia, e o de cima, para as rezas quotidianas dos cavaleiros.

Escava, portanto, os largos cavoucos, afunda os grossos botaréis, levanta as fortes paredes, onde rasga sete janelas, uma rosácea, uma ampla porta, e um grande arco de comunicação é aberto para o oratório do século XII.

Senhor duma grande intuição artística e na força de pujante mocidade, emprega na construção os processos e regras da escola de que era filho — a ogival, — mas tudo que o rodeia, o viver de todos os dias, o pensar e o sentir de todos os momentos entusiasma-lhe a imaginação, falam-lhe aos sentimentos e fazem-lhe gravar nessas paredes motivos ornamentais consentâneos a esse meio e que falem dele, perpetuando-o através das idades.

Na terra que o lindo Nabão banha, na sede da gloriosa ordem dos cavaleiros-navegantes, aos seus prescritores ouvidos chegaram ainda as narrações vivas das atrevidas viagens dos companheiros de Henrique e de Bartolomeu Dias, como lhe hão, durante a obra, muito interessar também as do triunfante Vasco da Gama.

Testemunhas vivas contam-lhas.

¿ Delas o que também tira?

¿ De que servirão ao seu sublime intento?

¿ Que de maravilhas encerrarão essas narrativas para que também enriqueçam a sua obra sem peias de orçamento e de plena liberdade de acção?

Vamos ver a eloquente lição tirada.

Côncio, pelo seu genial espírito, que uma obra deve ser a representante do tempo em que é feita, que encarne em si a época que a cria, que reflita os sentimentos e o viver de quem a levanta, procura, em todas aquelas narrações tudo o que lhe convém e, elaborando-o no seu portentoso cérebro, sai-lhe uma obra verdadeiramente original e vibrantemente portuguesa.

Original, porque nenhuma outra se apresentava, nem apresentou depois enroupada, como a que vai servir de igreja aos cavaleiros da Ordem que era dona do espiritual das terras do

Novo reino que tanto sublimaram
Que entre gente remota edificaram.

Portuguesa, por que a ornamentária que emprega, é tirada da indumentária nacional, da fauna e da flora lusitana e daquelas que principalmente os seus patrões, aqueles a quem servia, encontravam

Por mares nunca de antes navegados

e pelas

..... remotas ilhas

Que dão ao mundo novas maravilhas.

Tudo isto, pois, é apreendido pelo grande architecto e é esculpido pela abóbada, pela origem dos arcos, pela platibanda, pelos botaréis, pelas janelas, pela rosácea e pela portada da soberba fábrica, numa eloquentíssima gradação evocativa dos grandes e gloriosos feitos dos cavaleiros que ainda veria entrar nela, em desfile, a dar graças a Deus para o Qual ele levantava essa sublime maravilha, como esforço supremo do seu fecundíssimo talento e máxima sciência.

Tanto aquele, como esta, em toda a soberba obra se patenteiam a toda a evidência.

Aquele no fantasioso arranjo dos motivos decorais, esta na expressiva escolha desses motivos.

¿ Como lhes deu ordem e quais esses motivos?

Foi a beleza do Cristianismo e trouxe dele, na tradição ogival, a cândida Virgem-Mãe com o Salvador ao colo e alçou-a airoso, encaixilhada em gentis pilastras ogivais e retorcidos pedaços de azinheiro, rodeando-a de significativo côro, formado por escolhidos profetas e doutores da Igreja, levantados em grácias mísulas e cobertos por arrendados baldaquinos, com o que fez no espaçoso tímpano da única portada, um quadro admirável que tem ainda por cima, o alto valor do monograma do grande architecto, como que a autenticá-lo e de ser o modelo pelo qual fez mais tarde a porta *travessa* dos Jerónimos, em Belém.

Para a abóbada, para a origem dos arcos, para a platibanda, para os botaréis, para as janelas e para a rosácea, mais largo campo obteve e mais amplo estudo revelou: leu as velhas e novas crónicas e arrancou, às suas manuscritas páginas, as mortas figuras de D. Afonso Henriques, de D. Dinis, de D. Henrique, às quais ajuntou a viva de D. Manuel, a quem muitas vezes teria beijado suas reais mãos; deste conheceu-lhe as heráldicas divisas e o grau da nobre Jarreteira; das cotas dos valentes cavaleiros de Cristo, tirou-lhes os fortes besantes; percorrendo a sua nova terra, viu os seus variados habitantes, os seus temíveis javalis, os seus mansos suínos, as rapaces águias, os robustos troncos de azinheiro e dos descascados sobreiros, grossas pranchas de cortiça, narcóticas dormideiras, crespas e campudas folhas de couve, simbólicas flores de lis, espinhosos cardos, robustas vides com seus cachos, alegres guizeiras das réguas recoveiras; da fabulosa Índia encantou-o a lendária Mantichora; da neo-descoberta América os recentemente conhecidos folhudos milheiros; da misteriosa África seus pretos habitantes, o fero leão, e o brincalhão macaco; da Mitologia (para não falarmos em D. João II) o marítimo pelicano; a superfície e o fundo dos mares, há pouco desvendados deram-lhe as

revoltas ondas, os esqueletos dos corais e das madreporas, as gordas algas, e as elegantes e bem apetrechadas caravelas mostraram-lhe os inerentes viventes (cães, gatos e marinheiros) e industrializaram-no na sua expressiva indumentária, de onde tirou os curvos aguidores, várias correntes, potente arganéu, robusta âncora, delgadas enxárcias, forte cordalha, grossos camelos, elegante roda de proa, rizadas e arfantes velas e de tudo tomou nota, de tudo estudou, de tudo desenhou, de tudo burilou, estampando, durante o tempo que gastou na construção, esses significativos motivos nacionais e estranhos, com que escreveu, pelas três fachadas do original monumento, a história contemporânea presenciada por ele a desenrolar aos heróis que, em feitos de arrôjo épico,

Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana

antecipando-se àquele insigne poeta, Camões, que 58 anos depois havia também de celebrar assim as homéricas façanhas desses imortais varões:

Cantando espalharei por toda a parte
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.

João de Castilho, com esses burilados motivos escreveu as variadas letras do fecundo e completo alfabeto, de que formou as claras palavras, os entusiásticos versos, as sublimes estrofes do patriótico poema das conquistas e dos descobrimentos portugueses, escrito em cinzeladas pedras em que *evocou os mistérios da Índia e os abismos do oceano*, como diz o grande escritor e crítico de arte, Emilio Berteaux, atingindo na nossa humilde opinião a culminância dos architectos do nosso imortal século XVI, deixando uma obra em que ressalta a mais profunda beleza, o mais alto e o mais acendrado portuguesismo.

Perpetuando o valor, a ciência, a heroicidade do povo a quem servia, lavrou também uma colossal lição de arte, como que basilou o brilhante lumiar da histórica época da civilização mundial — A Civilização Oceânica — principiada temerária e peritamente por Portugal, pelo que se lhe abriram as resplandescentes portadas do imortal livro da História Universal.

A Torre de Belém, de Francisco de Arruda, é uma joia a emergir do pétreo leito do áureo Tejo.

Os Jerónimos, de Boitac, de Castilho e de Nicolau, por expressa ordem testamentária servem de condigno mausoleu a D. Manuel, rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em Africa, senhor

de Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

A Igreja de Thomar, a primorosa obra de Castilho, é a Bíblia sacrossanta do patriotismo português, aquela onde, depois dos patrióticos *Lusíadas*, as gerações passadas beberam, as presentes bebem e as futuras beberão esse subtil e divinal filtro do acrisolado amor à terra sagrada dos seus maiores e daqueles que o imortal nome de Portugal hão de herdar.

Todos estes três monumentos são contemporâneos, mas o da nobilíssima Ordem de Cristo, estando no meio das três idades, compartilha do aforismo: *In medio consistit virtus*

A virtude em arte é a expressão máxima duma idea, a encarnação viva de um sentimento, a perpetuação eterna de um facto, e a idea, o sentimento e o facto, na esplendorosa obra de Castilho é a sublime missão dos portugueses, a sua estupenda expansão por mares e terras que porfiavam passar

A ver os berços, onde nasce o dia,

e o monumento que expressa essa expansão, que a sente e que a perpetua é a incomparável e patriótica Igreja manuelina dos Cavaleiros-Navegantes, em Thomar.

Vieira Guimarães

UMA EXPLICAÇÃO:

O que acaba de ler-se é a tese que apresentámos no Congresso para o Progresso das Sciências, em Cadiz, a qual, sob o título *A Igreja Manuelina dos Cavaleiros-Navegantes, de Thomar, é a expressão máxima deste estilo e o monumento mais patriótico de Portugal*, ali deixámos para ser publicada nos livros das actas das sessões da 6.^a secção, caso mereça ter essa honra.

Todavia, hoje publicamo-la, para que em Portugal mais larga publicidade tenha, a fim de que se conheça tão original, preciosa e patriótica obra, como é a Igreja dos Cavaleiros-Navegantes em Thomar.

Fazemos acompanhá-la de algumas notas que naquela não foram, por entendermos que dever não tínhamos para isso, visto que as principais dizem respeito a esclarecimentos que só entre portugueses bem ficam.

Notas

Nota a páginas 9, linha 17

Nascido este estilo debilmente, pelo emprêgo do arco ogival e pela abóbada cruzada de ogivas, na Ilha-de-França, no primeiro quartel do século XII, foi-se definindo e, separando-se do estilo românico, até que no século seguinte toma de toda definição e tem a seu serviço, pelo vasto mundo cristão, a pléiade brilhante dos franco-maçons, como dito fica e que tão perfectas obras deixaram.

Já é tempo, pois, de se assentar de vez na verdadeira denominação deste estilo, chamando-lhe com mais propriedade, ogival, francês ou cristão, prostergando a palavra « gótico » com que os architectos do século XVI o intitularam, como que num sentido de desprezo e desdém, por o não saberem compreender e por pensarem ter sido da autoria daquele « bárbaro » povo.

Nota a páginas 9, linha 25

O ilustre lente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Sr. Dr. Gonçalves Cerejeira, hoje Excelentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo de Mitilene, após a apresentação da nossa tese, pediu a palavra, não para rebater qualquer das nossas afirmações, antes pelo contrário, o elogio, delas fez, mas para nos esclarecer na interpretação dada por nós a esta inscrição.

Se bem que os formosos túmulos, vistos e admirados por nós tenham sido muitas vezes, nunca nos demos ao trabalho de verificar a exactidão da interpretação dela trazida na admirável obra de Vieira Natividade: INES DE CASTRO E PEDRO O CRÚ, PERANTE A ICONOGRAFIA DOS SEUS TÚMULOS.

Desta a transcrevemos, crentes que seria a última palavra sobre o assunto, mas não era. Quasi aproximada, última parece ser, a apresentada pelo Sr. Dr. Antonio de Vasconcelos na revista BIBLOS, volume III números 2, 3 e 4, e lembrada foi pelo Sr. Dr. Cerejeira, naquela sessão do Congresso do dia 3 de Maio de 1927. Defende o douto mestre que a célebre inscrição, a única, dessas peregrinas obras de arte não diz: « até ao fim do mundo », mas sim « aqui espero o fim do mundo ».

O pensamento é o mesmo, o que para nós é o importante, tanto mais que sem conhecermos a nova interpretação, a palavra «espero» desta empregámos no texto.

As razões apresentadas no substancioso artigo são de satisfazer e o «aqui espero» e não «até» aceitamo-lo com grande satisfação e honra, agradecendo muitíssimo ao Sr. Dr. Gonçalves Cerejeira o ensejo que nos deu de o conhecer, e de conhecermos em sua excelência um professor de grande talento e de grande sciência.

Nota a páginas 9, linha 40

Dêste famoso e formoso convento hoje só resta uma ruína.

E que ruína!!

Vimo-la na última vez que, de propósito, fomos a Santarém, tendo sido acompanhado nessa visita pelo nosso velho e bom amigo Dr. Silva Pereira, ilustre Reitor do Liceu daquela cidade.

¶ Sendo um dos primeiros conventos franciscanos fundados em Portugal, que transformações tem sofrido, chegando até nós, para que se apresente na sua miseranda redução numas mal cheirosas casernas, numa casa de comer e numa horripilante cavalaria!!

Tanta lesa arte, tanta falta de patriotismo, tanta falta de decência e que eloquente prova das nossas criminosas Administrações de longe vindas.

Todavia, do que o corrosivo tempo e a maléfica intervenção dos homens deixou escapar, descortina-se o quanto devia ter sido grande e belo pelos tempos além.

Da primitiva fábrica de D. Sancho II, século XIII, levanta-se somente a portada, em estilo romão-ogival e da reedificação de D. Fernando vê-se grande parte, denunciando grandeza e beleza no ogival empregado.

Ainda se patenteiam pedaços formosos de acréscimos manuelinos em capelas tumulares, mas dêstes não tratamos, por não ser nosso propósito, visto somente querermos, com esta nota, chamar a atenção dos críticos de arte, não só para o que ali há, como para o que ali houve, a fim de não continuarem a referir que existe um salto brusco na arquitectura portuguesa desde os túmulos notáveis do «Desvairo» à Batalha.

Pelo contrário, devemos afirmar ali a contínua evolução dela, pois não fazia sentido se tal não fizessemos.

Indo nós, os portugueses, em contínuo progredir em todas as manifestações do espírito humano, indo até, nesse mesmo reinado de D. Fernando, com grande avanço às demais nações, decerto que não era no campo das artes que estacionaríamos, deixando de nos aperfeiçoar e de continuar a receber o influxo da universal associação franco-maçon que, sem dúvida, devia ter vindo já de há muito a inscrever nos seus canhenhos os nomes de mais do que um português «irmão».

Não se conhecem seus nomes, não assinaram documentos êsses arquitectos e os seus patrões.

Não os temos hoje.

Perderam-se? Talvez, ou quasi certo.

¿ Mas que importa, se ficaram suas obras?

Importa muito é verdade e, sem dúvida, melhor seria que se conhecessem todos, o que será impossível, não só pelo tempo a que já foi, em que já dávamos mostras duma característica do nosso português pensar — a destruição, — como também pelo espírito da Associação dêsses artistas.

Contudo se ainda alguns jazerem em silencioso recato, votos fazemos para que venham à luz do dia.

Se não se chegarem a descobrir mais, a nossa razão deve também supri-los, pelo que nos resta, a não ser que nós descreamos de todo, das belas e inventivas qualidades da mesclada raça portuguesa, sendo então obrigados a aceitar a antipatriótica opinião que só estrangeiros nos fizeram os monumentos que por aí abundam, e algo bem distintos.

O brilhante escritor, o grande crítico de arte, mas pouco profundo em história, Ramalho Ortigão, é um daqueles e diz a propósito, no seu O CULTO DA ARTE EM PORTUGAL, estas palavras que bem nos interessam: «O mais superficial exame aos edifícios anteriores à Batalha manifesta do modo mais evidente que não tínhamos, nem escola, nem tradições, nem tendências de que procedesse um artista, como o que delineou e construiu a igreja da Batalha».

Ora isto é que é ser irreflectido.

O grande escritor, que nos perdôe do Além, onde paira a sua alma gentil e boa: cegava-se com a fulgência do seu estilo.

Êste decerto não o deixava ver, não procurando saber a história verdadeira.

Não muito longe da Batalha, estava e está o sumptuoso monumento de Alcobaça que, sem podermos provar, somos de opinião que devia ter servido de orientador do da Batalha.

A planta assim o denuncia e com uns duzentos anos de progressos na arte de edificar, facil devia ter sido a Afonso Domingues delinear a linda Batalha.

E a respeito do monumento que originou esta nota diz mais o notável escritor: «a sumptuosa igreja do convento de S. Francisco em Santarém, «fundação de D. Sancho II, com as suas três naves, as suas colunas de «preciosos capiteis» E com os seus feixes de colunas do seu lindo côro e com o seu formoso claustro ogival, acrescentaremos nós.

¿ Havia ou não havia monumentos condignos de continuar a tradição artística?

¶ Havia, havia, e muitos outros conheceríamos hoje, se os tremores de terra, os incêndios, as cheias e a maldade dos homens não tivessem destruído tanto!!

Não queremos dizer que só artistas portugueses fizeram os monumentos architectónicos que nas nossas terras e nos nossos campos nos restam, mas também não nos devemos levar pelo que críticos, que só lêem livros de além duas fronteiras e nos querem fazer acreditar, vendo, em quasi tudo, autores franceses, lombardos, ingleses, etc., etc.

Nota a páginas 13, linha 8

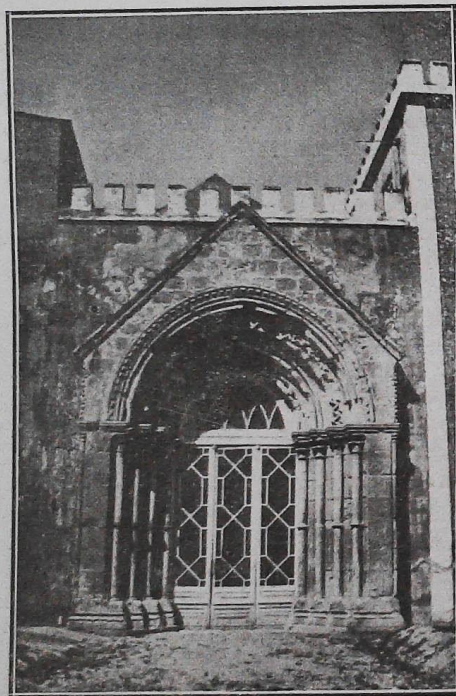
Tem-se ultimamente querido fazer acreditar que não foi o grande architecto João de Castilho o principal méstre da obra do côro, arco grande e portal de que estamos tratando, isto é, da original e patriótica igreja dos cavaleiros navegantes de Thomar, mas sim Diogo de Arruda.

Levados êsses escritores, que assim pensam, pela sua megalomania da notoriedade das novidades, a divulgá-lo, escudam-se em um rascunho duma carta, numa carta e na leitura que fizeram no manuscrito, que sob o rótulo «Christo», Maço 12, existe na Tôrre do Tombo, o qual fala da RECEITA E DESPEZAS DAS OBRAS DO CONVENTO DE THOMAR, interpretando aqueles êsses escritos a seu belo prazer e interêsse do seu pouco cuidadoso dizer.

Os dois primeiros encontram-se na Tôrre do Tombo no «Corpo Chronológico», parte 3.^a, maço 4.^o, doc. 16, e parte 1.^a, maço 18, doc. 14, e foram já transcritos pelo infatigável trabalhador, Dr. Souza Viterbo no seu importante DICIONÁRIO HISTÓRICO E DOCUMENTAL SOBRE OS ARQUITECTOS, ENGENHEIROS E CONSTRUTORES PORTUGUESES, nó vol. I e III, a pag. 49 daquele e pag. 235 dêste.

Muito se lê neles, mas pouco ou nada destroem a obra de João de Castilho, nem invalidam a quitação que D. João III lhe deu a 30 de Junho de 1533, da qual copiamos sómente o que diz respeitante ao presente assumpto: «o côro», «a casa para o capítulo» (casa fronteira ao côro e não o andar de baixo dêste, a sacristia que por nela se ter reunido algumas vezes provisoriamente o capítulo dos frades, persiste em se lhe chamar, à laia de povo, formosa sala do capítulo), o «arco grande da dita igreja», o «portal da porta principal».

Reproduzamos os dois primeiros e vejamos o que dizem.



Santarém — Porta da Igreja

O primeiro, que chega a passar por um «contracto» no impensado escrever dum crítico, e que é apenas um rascunho duma carta que se perderia se a carta tivesse sido passada a limpo e expedida, refere o seguinte:

«Diego de Braga, Nós el Rei vos enviamos muito saudar: vimos esta «mostra da obra do coro d'esse comuento que prazeendo a nosso seño, se «hade fazer e pareceo-nos muy boã ordenduça e aveemos por beem que «Dieguo d'arruda seja mestre da dita obra e tenha careguo de ha faser e a «elle vos mandamos que ha encaregues, porque confiamos d'elle que servy- «á niso beem com todo proveito da obra e queremos que loguo se comece «e nos dailhe toda a ordem pera se loguo meter mão na obra, e asy pela «que jaa estaa prestes como pera se aviar o que mais compyr; e aveemos «por noso serviço que a dita obra seja desta maneira—s—que a casa do dito «coro seja de comprido dez braças e damcho quatro braças e meia em vão «e dalto cymquo braças—s—do andar da dita casa.

«Item, que as faces da dita casa, asy da parte de dentro como de fo- «ra, sejam de pedrar, muy bem lavrada e aseemtada.

«Item ordenamos ques e faça samxpia com o dito coro, a qual que- «remos que seja de seis braças de compryo e de larguo tres braças em «vão e que suba daltura des o andar da casa outras tres braças; a qual «samxpia queremos que seja dabobada e as faces de dentro e de fora de «pedraria como a casa do coro e que tenha tres janellas—s—huma no topo e «duas na ylharga, as quaes sejam dasento e forradas de muy boos ferros «e seram as ditas janellas da grossura das paredes e as vergas e rebates «sejam de grossura de um palmo e huu couto e a largura das ditas janel- «las sejam de seis palmos e meio em vão e doyto palmos em alto.

«Item, hade começar a dita samxpia a olivel com o topo do coro & «da parte de Sam Martynho, segundo o fallamos com o dito Diego Darruda. «Escripta em Almeirim a XXIX dias de Abrill, o secretario a fez, 1510».

Em baixo: «Para Diego de Braga sobre a obra do coro do conuento «e samxpia de que ha de ter cargo Diego Darruda».

O segundo, a carta, é escripto por Diogo de Braga a D. Manuel sôbre as obras de Diogo de Arruda, sendo do teor seguinte:

«Senhor — dioguo darruda dira a uosa merçe hos termos em que esta «sua obra fica E aquasse por que se nō pode fazer majs hos vossos cassey- «ros mando que vos uenhão Senhor seruyr nesta obra por vosso dñheiro pejs «de todalas outras cousas sam escussos por vossa merçe E ho trabalho seera «sessenta ou lxx carradas de pedra que aqui foram em hum bater dolho de «mujto perto Senhor afonso lopes da costa e eu beijamos as mãos de uossa «merce de tomar a xijj de junho de b^c x.

«Senhor afonso lopez por hy nō auer majs de hnma cassa em que come «e dorme ho matamos cō a suruêtya que por hy damos E elle muitos anos fol- «garja de o sua alteza mandar passar pera outra parte.

«Seruydor de uossa merçe dioguo de bragaa.»

— sobrescrito — Ao mujto homrrado senhor o senhor Secretaryo meu Senhor etc.»

Ora ligando estas duas peças, como falando da mesma obra, o que resta provar, vemos pela primeira que Antonio Carneiro, escrivão da puridade de D. Manuel, querendo escrever em nome dêste a Diogo de Braga, Freire de Cristo, comendador das Gontijas e contador do mestrado da sua



Santarém — Feixe de colunas do baixo côro

Ordem, fez aquele rascunho, em que nós vemos hoje referir-se à amostra (planta) do côro dum convento, sem dizer quem é o seu autor, havendo por bem que Diogo de Arruda seja mestre da dita obra, estranhando nós que não diga que a planta lhe pertence, visto mostrar tantos desejos que dela seja encarregado o dito Arruda.

Manda depois as medições do dito côro. E o que vemos hoje?

Medições que estão muito longe de se encontrarem no côro da igreja de Thomar, caso a êle se refiram, como de barato acreditamos que sim, mas não na validade, isto é, que este rascunho não chegou a ter vida em carta, porque, aliás, as suas medições devíamos hoje encontrá-las certas.

Assim, diz êle: — deve ter de comprido 10 braças, ou hoje 22^m, mas sómente acusa 16^m, e de largura 4,5 braças, ou hoje 9^m,90 e sómente tem 9^m,60; de alto 5 braças, ou hoje 11^m, e nós encontrámos 14^m,90 do pavimento da igreja à abobada e mais 4^m,60 ao pavimento da sacristia.

Além disso, ordena «que se faça sacristia com o dito côro» e dá-lhe de comprido 6 braças, ou hoje 13^m,20, e nós encontrámos 15^m,65 e de largo, em vão, 3 braças, ou hoje 6^m,60, e tem 9^m,40 e que suba de altura desde o andar da casa outras 3 braças.

Emquanto às três janelas lá existem, ou para melhor dizer existiram, como se vê ainda hoje, uma entaipada, outra servindo de porta, mas pela ornamentação que vemos na fachada do norte, parece ter havido intenção de

ali fazerem mais duas, o que vai mais pôr em duvida o valor daquele rascunho.

Estas, seriam cegas?

Abertas?

Nada sabemos.

Emquanto à largura e altura das que existem ainda vemos: — largura 6 palmos ou hoje 1^m,32, encontrámos 2^m,55, e de 8 palmos em alto, ou hoje 1^m,76 e medem no entanto 3^m,31.

Êste escrito tem a data 28 de Abril de 1510.

Poderá ser que sim, que seja ao côro de Thomar a que êle se quizesse referir, mas nós perguntamos ¿como pode isso ser diante das medições comparadas e do pouco tempo, como vamos ver, que Diogo de Arruda por Portugal esteve, para ser feita por sua direcção obra tão importante que sem dúvida levaria muitos e muitos anos, atendendo a muitas faltas que haviam de sobrevir, embora fôsse obra da riquíssima Ordem de Cristo, e de mando do seu luxuosíssimo Mestre e rei de Portugal?

Só quem não sabe o que são obras, só quem não construiu uma casa sob sua direcção, só quem não aturou canteiros, pedreiros, carpinteiros, careiros trabalhadores, etc, etc, nesses trabalhos, é que pode avaliar das faltas que durante êsse tempo sobrevêm, mesmo sem se preverem e sem mesmo serem da culpa dos patrões e dos serventuários, embora a obra de que estamos tratando fôsse realizada num tempo em que a moral, o respeito e a autoridade eram palavras com valor e o trabalho era a máxima virtude de reabilitação perante a consciência humana e perante Deus.

¿No segundo instrumento, que é uma autêntica carta, o que lemos?

Diogo de Braga, escrevendo a D. Manuel, participa-lhe que Diogo de Arruda lhe «dirá hos termos em que esta sua obra fica» e as dificuldades que existem por ela.

E' datada de Thomar a 13 de Junho de 1510.

¿Será esta obra aquela, pois por Thomar e seu termo outras obras havia a realizar?

¿¿Sendo, não haverá exagêro, em dois meses, arranjar 60 carradas de pedra que, estando por aparelhar, nada admira que se arrancassem, mas que aparelhadas devia realmente ser um exército de canteiros para isso fazer?!

Nem só canteiros, pedreiros, montantes, lavristas deveria de haver logo ao principiar esta grande obra.

Monteiros para arranco das pedras, caleiros para fabricar o sem número de moios de cal, única argamassa que ali se usou, ferreiros para preparo do instrumental, carpinteiros para amanho das variadíssimas madeiras empregadas nos múltiplos serviços que as exigiam, e ajudantes dêsses artífices, de tudo havia de haver, formando como que um corpo de trabalhadores no levantamento daquelas paredes.

¿Que diremos também dos membros das famílias dêsses empregados que seriam precisos para os caseiros trabalhos de que deveriam de necessitar, visto ali não haver ainda convento que os suprisse, mas só as vetustas muralhas da fortaleza gualdina e os novos cláustros henriquinos que

«O Navegador» ali levantou para os seus cavaleiros que em trabalhos do mar e em outros das suas terras, gastavam seus dias, sem que obrigação tivessem de ali permanecer, a não ser um ou outro secular?

Numeroso grupo de pessoas atraídas pelos trabalhos da grandiosa obra ali se reuniria, formando uma povoação e estamos certos que de anos antes viria, para que em 1510, como diz o rascunho referir «da parte de S. Martinho».

Este S. Martinho era o nome dêsse logar que a ocidente existia, onde habitavam vários proprietários, sendo um dêles João de Castilho, pois anos depois de 1510, vemos êle vender ao recentemente criado, mas principiado agora em suas obras convento de Cristo, as suas casas de S. Martinho, três chãos e árvores, pela quantia de 463:000 reais.

¿De quando viriam, na mão de João de Castilho, estas propriedades?

Grandes deviam ser elas para tão importante quantia ser dada.

Sem que o possamos afiançar, inclinamo-nos a que tivesse êsse logar origem nos preparativos das grandes obras deliberadas no Capítulo de 1492, e o João de Castilho ter ali aquelas casas e campos denota a grande persistência dêle ali, emquanto esteve à testa dos trabalhos da maravilhosa igreja que sem dúvida não levou somente

três anos, como se pretende crer, mas sim muitos mais.

Diz a carta 60 ou 70 ¿mas o que são 60 ou 70 carradas de pedra para principiar uma obra, cujos alicerces levariam centenas delas somente por aparelhar e muitos carros precisarem para serem transportadas da pedreira ao sítio da obra?

¿Já estariam os caboucos cheios?

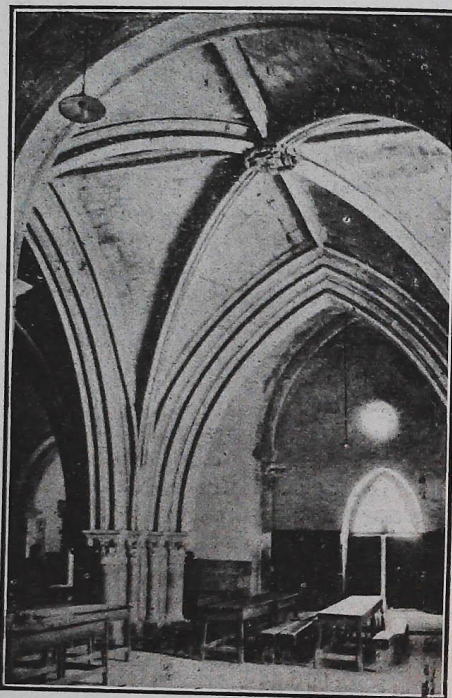
¿Por quem então principiados?

¿E estando, não teriam obedecido a alguma planta?

¿Quem a faria?

¿Seria a mesma a que alude o rascunho?

O caderno do Maço 12 diz-nos efectivamente da receita e despesa da



Santarém—Feixe de colunas e abóbada do baixo-côro

sumptuosa obra respeitante somente aos anos de 1512 e 13, mas dos anos anteriores visto que este é o 5.º livro que trata dêsse assunto, não existem, o que faz ficarmos completamente de olhos fechados sobre quando e quem principiou a admirável obra.

Quem neste livro principia a receber é Alvaro Rodrigues como encarregado dela e só em 27 de Novembro de 1512 é que aparece Diogo de Arruda com o nome de «mestre».

Pelo modo como este recebe: — salário e aos dias — depreende-se que não teria as honras nem a capacidade de ser architecto, isto é, o artista teórico que planeasse e dirigisse depois os trabalhos, o que prova que não passaria de mestre pedreiro que tivesse o encargo de fazer as cantarias lisas e assentá-las, fazendo as paredes.

Até ao sabado 15 de Outubro de 1513, continua a ser êle quem recebe na qualidade de mestre e depois vai para Azamor e por lá se entretém, e também por Mazagão, sem que nós o tornemos a ver por Thomar, por onde tinha estado, pelo que se vê, um curto ano, tempo ínfimo para ser realizada fábrica tão avantajada como se prova ao admirar e estudar essa obra sublime que é hoje o orgulho dos thomarenses e a joia de maior valor do património artístico de Portugal.

No nosso humilde entender, nada se pode ajuizar de claro sobre o assunto dêsses incompletos escritos, pois tão complexo é, e êles serem tão pouco explícitos, tendo um quasi nenhum valor.

Todavia que série de perguntas êles sugerem, como hoje se apresentam desacompanhados de outros elucidamentos.

¿Já estaria principiado, como é convicção nossa, o côro da autoria de João de Castilho e por qualquer razão de amuamento, tão próprio de D. Manuel, se quisesse dar a continuação da obra ao Diogo de Arruda?

¿Porque tão pouco tempo esteve por Thomar Diogo de Arruda, atento o grande empenho em se lhe dar essa obra?

¿Estando principiado o côro, seria remendo a obra da sacristia e quem nos diz a nós que não fôsse este enxerto o pomo da discórdia entre D. Manuel e João de Castilho?

¿Porque não seguiria a sacristia o nível do piso da igreja, caso fôsse Diogo de Arruda o fazedor da obra desde o princípio?

¿Para que se afundar êsse piso, a fim de se obter capacidade para êla?

¿Seria somente para aproveitar o desnível do terreno, circunstância que teria sido desprezada ao fazer-se a planta, preenchendo-se o espaço com umas carradas de entulho?

¿E as janelas? ¿Quem as abriu? ¿Quando se abriram?

¿Porque não fala o rascunho nas outras 4 janelas e na rosácea do côro?

¿Teriam sido abertas aquelas, de que fala o rascunho, por Diogo de Arruda?

¿Já estariam abertas por João de Castilho e completá-las-ia, depois de passado aquele amuamento de D. Manuel?

¿Seria Diogo de Arruda, efectivamente, somente um simples pedreiro construtor e João de Castilho o decorador insigne de tão maravilhosa obra?

São tudo incógnitas que estes escritos fazem criar em nosso espírito

e que um dia documentos verdadeiros e completos, se os houver, esclarecerão e então, se puder ser, se dirá afoitamente o que pertence a um ou a outro architecto, se architecto foi o Arruda, pois ali, repetimos, parece que haveria de ser mero mestre de pedreiros ou canteiros, e emquanto a Castilho, pela quitação de D. João III e pelo grande número de razões que militam a seu favor, temo-lo como o imortal architecto, cujas scentelhas do seu poderoso génio iluminaram essas pedras, de que resalta um colossal hosana aos épicos campeões que, abrindo as amplas portadas das Idades Modernas, eternizaram o nome de Portugal.

Ainda ha mais, afora do que dizem as letras, para nos embarçar.

Realmente, como hoje a obra da sacristia se apresenta, outras apreensões nos trás, mais dúvidas acarreta: vê-se que a abóbada dela ajustou-se ali, pois não se liga às paredes, parecendo o tal remendo apontado atrás por nós.

Faz crer que foi um acrescentamento executado depois daquelas erguidas e mesmo depois das janelas abertas, visto que é, precisamente aí, que aquele não ajustamento se patenteia, não coincidindo também o centro da nervura com o centro da janela.

¿ Se fôsse verdadeiro o que se diz no rascunho, como poderia isto ser?

A não ser que Diogo de Arruda fôsse um mestre muito ordinário, é que faria uma obra assim desligada, tendo sido o «fazedor do projecto» e o encarregado da sua execução. ¿Seria Arruda somente o autor dêste acrescentamento?

Perante tanta dúvida continuamos a considerar a João de Castilho, como o mestre architecto que «havia de dar a essa obra manuelina de «Thomar, uma das mais características não só do grandioso convento mas «até de toda a obra architectónica do reinado de D. Manuel, a exuberância «decorativa do seu génio barbaramente grandiloquo, cujo naturalismo se «transfigura e engrandece na evocação symbolica do mar...»

Isto está certo, e, repetindo, sendo o architecto João de Castilho; mas o que não está, à excepção da assignatura de João Castilho, 1515, é o seguinte período: «Mas o projecto e a construção da igreja pertenceu «inicialmente a Diogo de Arruda, que após três anos de uma actividade «intensiva, apenas interrompida (sem que a obra o fosse) pela ida a Çafim «em 1512, deixou a João de Castilho a empresa bastante avançada para «que este em 1515 podesse já assignar e datar o portal, fazer as janelas «que Arruda projectara, cerrar as abobadas e decorar o arco para a charola».

Muito gostavamos que nos provassem tudo que neste período se diz. Aonde há essas provas?

¿Irreflexões de quem leu mal uns escritos e de quem só viu o patriótico monumento dos cavaleiros navegantes de Thomar uma ou duas vezes!

Pode ser que provem num futuro mais ou menos longínquo, mas até lá, diremos que tudo isto é fantasiar sem escrúpulos e não escrever história com seriedade.

Quem nos dera que assim não fôsse e que a bem clara quitação de D. João III, dada a João de Castilho, fôsse errada, o que decerto não é, para

então mais completo ficar o nosso quadro: todo elle é estupendamente português, até no seu architecto.

Infelizmente não sucede isso, embora pensemos que em arte, a naturalidade do artista pouco influi.

O meio é que é tudo.

João de Castilho foi ali portuguezíssimo e originalíssimo, porque Portugal também o ainda era, prolongando-se mais uns anos, até á morte de D. Manuel. Depois tudo mudou.

D. João III foi subjugado pela Renascença.

A revolução artistica que vinha de Milão, de Florença e de Roma, subjugava tudo e todos com a sua onda.

O pai, D. Manuel, se continuasse a viver, como era de esperar (morreu aos 52 anos), o que teria sucedido naturalmente se não tivesse sido produto do cruzamento de dois primos em primeiro grau, tendo succumbido um dêles, o pai, segundo parece, aos terríveis efeitos da tuberculose, do que resultou àquele inferioridade tal que desapareceu a umas simples febres, inferioridade que se estendeu a cinco dos seus irmãos, exceptuando-se três que mais teve e dos quais um, D. Leonor, viveu 66 anos, outro D. Isabel, 62, não se chegando a saber quantos viveria o terceiro, D. Diogo, porque o punhal de D. João II, em Setubal, cortou-lhe o fio da existência, D. Manuel, diziamos, também por êsse movimento seria apanhado, e o terceiro período do estilo que tem o seu nome ter-se-hia todo, no seu tempo, realizado e com mais e muito mais assinaladamente se ressentiria da influência italiana, isto é, daquelas célebres e formosas cidades renascidas.

Nota a páginas 15, linha 3

Numa tabela ou moldura da porta vemos um desvio desta orientação. Tem ela elementos clássicos. Desenhos de architecturas velhas.

¿ A que attribuir êste desvio, no meio de tanto naturalismo, de tanto portuguezismo?

¿ Esquisitice da grande fantasia de João de Castilho?

¿ Alguém, que de Roma, (e a poderosa Ordem ao tempo com essa cidade grandes relações tinha, chegando, no capítulo de 1500, a ser criado nela um lugar de embaixador) viesse e de lá trouxesse desenhos que fôsem vistos pelo insigne mestre e elle, por novidade, ali os reproduzisse?

¿ Ou, como homem de elevado talento e, por tanto, de vasta illustração, ao facto estaria ou saberia, ao vir para Portugal ou depois de cá estar, estivesse ou soubesse da grande ascendência artistica que Pedro Diez, ourives catalão, vindo de Roma e estabelecido em Toledo, teve, sobre Enrique de Egas, ao tempo architecto na catedral desta cidade, o qual, seguidor da escola ogival, começou a ressentir-se daquela, criando como que um novo estilo, cujas primícias appareceram verdadeiramente no Colégio de Santa Cruz, que construiu em Valladolid, tomando daí desenvolvimento depois linda e

largamente por toda a Espanha durante o fim do século XV e princípios de século XVI e que desde o século XVII tem vindo a ser crismado de «plateresco» por ser iniciado por aquele ourives (platero) e muito se parecer com as obras destes artistas?

¿E quem nos diz a nós que não fôsse um propósito de João de Castilho ali colocar patentemente essa única manifestação desse estilo para que fôsse bem clara prova da sua grande ilustração, revelando assim estar ao facto da enorme ebulição architectónica que ia pelo mundo cristão e ao tempo, principalmente, pela opulenta pátria sua?

Destas duas hipóteses uma delas deve ter sido a realidade, visto João de Castilho não ter o poder supremo de advinhar e aquela manifestação de classicismo ali estar numa sua obra revela ter êle conhecimento deste novo arranjo ou modo de ornamentar tão contemporâneo do seu maravilhoso trabalho de Thomar.

DO MESMO AUTOR

Catalogo da Exposição Concelhia Industrial-Agrícola de Thomar.
A Ordem de Cristo.

A Missão de Portugal e o Monumento de Thomar.

A Trilogia Monumental de Alcobaça, Batalha, Thomar, e o Caminho
de Ferro.

Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo.

O Sexcentário da Ordem de Cristo.

Thomar — Santa Iria.

Em preparação:

Lista dos Cavaleiros, Comendadores, e Grão-Cruzes da Ordem de
Cristo.

Thomar.

Thomar e os Caminhos de Ferro.